

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 30 de maio de 2025 às 07h53*  
*Seleção de Notícias*

## E-Investidor - Estadão.com.br | BR

Marco regulatório | INPI

Consulta sobre nome de fintechs termina nesta semana; Nubank pode ser afetado .....	3
EDUCAÇÃO FINANCEIRA   BEATRIZ ROCHA	

## Migalhas | BR

Patentes

STF: Fux vota pela validade da CIDE sobre remessas ao exterior .....	6
MIGALHAS	

## Folha de S. Paulo | BR

30 de maio de 2025 | Propriedade Intelectual

NYT fecha acordo com Amazon para treinar IA com reportagem .....	10
MERCADO	

## G1 - Globo | BR

30 de maio de 2025 | Patentes

Malária: interesses comerciais falam mais alto que a saúde na OMS .....	11
ÚLTIMAS NOTÍCIAS	

## Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

Cide deve incidir apenas sobre exploração de tecnologia, diz Fux .....	13
--	----

Propriedade Intelectual

Plágio ou liberdade criativa? O uso de samples na indústria musical .....	15
---	----

# Consulta sobre nome de fintechs termina nesta semana; Nubank pode ser afetado

EDUCAÇÃO FINANCEIRA



Medida do Banco Central pode fazer fintechs mudarem de nome; entenda mais detalhes sobre a proposta

A ideia principal é obrigar as instituições reguladas pelo BC a utilizar, em sua denominação, termos que estabeleçam clara referência à sua autorização de funcionamento. Caso a medida avance, empresas que não têm licença para funcionar como bancos, por exemplo, não poderão mais utilizar termos como "banco" ou "bank" em seus nomes.

Uma das possíveis instituições afetadas seria o Nubank, como explicamos aqui. Ao E-Investidor, a empresa disse que acompanha as discussões sobre o caso. "Acreditamos que qualquer regulação nesse sentido será estabelecida após ampla discussão e haverá prazo suficiente para que todas as instituições afetadas avaliem diligentemente toda a gama de hipóteses possíveis para seu devido cumprimento", afirmou o Nubank, destacando que conta com todas as licenças necessárias para oferecer os produtos atualmente disponíveis em sua plataforma.

A proposta, no entanto, não se restringe a esse caso. "Uma empresa só poderá usar a palavra 'pay' se for uma instituição de pagamento. Quem não for fintech também não poderá usar o termo 'fintech'. A discussão do BC é ampla", explica Fabiano Jantalia, só-

cio do Jantalia Advogados e especialista em Direito Bancário.

A medida abrange todos os elementos relacionados à identidade de uma instituição: o nome empresarial, o nome fantasia, a marca e o domínio na internet. O primeiro representa a denominação oficial da empresa, enquanto o segundo é o termo pelo qual a companhia se apresenta ao público.

Já a marca consiste no nome, imagem, forma ou outro sinal capaz de identificar a empresa, seu produto ou serviço, por meio de características únicas e distintas. Ela é registrada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). O domínio, por fim, nada mais é do que o endereço eletrônico da empresa na internet.

No que diz respeito à marca, Jantalia esclarece que o registro da instituição não será afetado, mas a forma como ela se apresenta ao público poderá mudar. "Existe uma preocupação de que a medida possa impactar marcas e **patentes**, mas a proteção continua válida. O que muda é a apresentação pública da empresa", afirma.

Ela ressalta ainda que o registro no **INPI** permanece intacto, já que o Banco Central não tem competência para cancelá-lo. "O BC está propondo essa mudança por meio de uma Resolução, enquanto o registro de marcas é regulado por lei", diz.

Entre as propostas do BC, uma também envolve os conglomerados prudenciais - empresas que detêm o controle de outras instituições financeiras, instituições de pagamento, fundos de investimentos e entidades securitizadoras, por exemplo. Nesse caso, será permitido o uso de termos associados à atividade de qualquer uma das empresas integrantes do grupo.

Continuação: Consulta sobre nome de fintechs termina nesta semana; Nubank pode ser afetado

As instituições que fazem parte do conglomerado também poderão adotar o nome do grupo em sua apresentação ao público, desde que deixem clara a atividade para a qual estão autorizadas a operar.

Bancos x fintechs: quais são as diferenças?

Com as fintechs ganhando força no mercado, é possível que os clientes tenham dúvidas sobre os fatores que diferenciam essas instituições dos grandes bancos.

Em termos simples, essas empresas usam tecnologia para inovar no mercado. Vale destacar que, entre as fintechs de crédito, há três modalidades, segundo o Banco Central:

Instituições de Pagamento (IP): trabalham com cartões de débito, crédito e "maquininhas". Precisam de autorização do BC se movimentarem mais de R\$ 500 milhões em pagamentos ou R\$ 50 milhões em contas pré-pagas;

trabalham com cartões de débito, crédito e "maquininhas". Precisam de autorização do BC se movimentarem mais de R\$ 500 milhões em pagamentos ou R\$ 50 milhões em contas pré-pagas; Sociedade de Crédito Direto (SCD): fazem empréstimos e financiamentos on-line;

fazem empréstimos e financiamentos on-line; Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP): facilitam empréstimos entre pessoas.

Os recursos investidos nas SCDs e SEPs não têm garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Outras fintechs, além das citadas, não são reguladas pelo CMN e pelo BC e devem atuar como prestadoras de serviço ou intermediárias de instituições financeiras no fornecimento de crédito imobiliário.

Segundo Isac Costa, professor do Insper com experiência em regulação, finanças e tecnologia, a diferença entre bancos e fintechs não está só nos

serviços oferecidos por cada instituição, mas também nas suas estruturas.

"Existe uma distinção entre a quantidade de recursos que as instituições têm que dispor para fazer frente às operações que elas oferecem. É uma questão tanto qualitativa, de produtos e serviços oferecidos, como quantitativa, da quantidade de clientes e do volume de transações operado", explica.

Há, por exemplo, atividades que os bancos realizam, mas que instituições de pagamento não podem efetuar, como:

Caso as novas propostas do BC sejam aprovadas, instituições não bancárias, mas que usam "banco" em seus nomes, terão dois caminhos: buscarem uma licença mais robusta para atividades em que a utilização do termo é autorizada ou trocarem de denominação.

As instituições deverão apresentar um plano de adequação, no prazo de 180 dias, contados a partir da data da entrada em vigor da Resolução Conjunta, se ela for aprovada.

Costa acredita que o caminho mais natural para as instituições seria trocar de nome, não buscar uma licença para atuar com banco. "Para obter uma autorização mais robusta, é necessária uma decisão de negócios e investimentos, que envolve um capital regulatório maior. Não acredito que essa proposta do BC seja um catalisador para mais instituições pedirem autorização para atuarem como bancos", destaca o professor.

Proposta do BC é positiva para os clientes?

De acordo com o BC, o objetivo da proposta é garantir mais transparência à prestação de serviços financeiros e de pagamento à população. Jantalia, especialista em Direito Bancário, concorda que a medida pode fornecer maior clareza ao consumidor sobre o tipo de instituição com que ele está lidando.

Continuação: Consulta sobre nome de fintechs termina nesta semana; Nubank pode ser afetado

"Acho que isso pode ser benéfico para os órgãos de defesa ao consumidor e para o próprio Poder Judiciário, que saberá melhor qual é o tipo de instituição com que estará tratando. E do ponto de vista do consumidor, a medida também traz mais transparência", ressalta o advogado.

Andrea Sano Alencar, sócia do Efcán Advogados, explica que, com a medida, os usuários poderão saber mais claramente quais instituições contam ou não com a cobertura do FGC. "Isso beneficia especialmente pessoas com menor educação financeira, que não serão mais induzidas a confundir entidades com diferentes níveis de supervisão e garantias. A regulamentação favorece a tomada de decisão consciente, graças às nomenclaturas precisas que possibilitam uma avaliação mais adequada dos riscos e benefícios associados a cada modalidade de instituição", afirma.

A proposta do BC, no entanto, tem gerado polêmicas e provocado certas "confusões" nas redes sociais, com fake news sendo divulgadas sobre possíveis fechamentos das fintechs. Vale destacar que a medida não prevê nenhuma ação desse tipo, assim como nenhuma mudança nos tipos de serviços e produtos oferecidos pelas instituições.

De acordo com Nathalia De Biase, do Serur Advogados, a proposta não altera o escopo das atividades autorizadas pelo Banco Central, por isso não deve impactar diretamente os correntistas ou usuá-

rios dessas instituições. As mudanças envolvem ajustes maiores na comunicação institucional. "Nesses casos, é esperado que essas alterações sejam devidamente comunicadas aos clientes, para preservar a confiança e a continuidade do relacionamento", diz.

Para Costa, do Insper, embora tenha um objetivo positivo, a medida proposta pelo BC é tardia, já que os nomes de muitas fintechs já estão no imaginário popular. "Para o público em geral, essa medida pode causar mais confusão do que ajudar. As pessoas podem não entender qual é a consequência de uma instituição não ser banco. Acho que essa intervenção causaria mais prejuízo reputacional a essas empresas, do que efetivamente traria estabilidade financeira em um primeiro momento", pontua.

Como participar da consulta pública do BC

Até 31 de maio, é possível contribuir com as discussões relacionadas à Consulta Pública 117/2025, do Banco Central, sobre fintechs. Os interessados poderão encaminhar sugestões e comentários por meio deste link ou do e-mail [email protected]. Segundo as informações do sistema, 512 contribuições já foram realizadas.

## STF: Fux vota pela validade da CIDE sobre remessas ao exterior



Corte analisa se cobrança da contribuição sobre cost sharing com empresa estrangeira é constitucional. Supremo | Sessão STF: Fux vota pela validade da CIDE sobre remessas ao exterior Corte analisa se cobrança da contribuição sobre cost sharing com empresa estrangeira é constitucional. Da Redação quinta-feira, 29 de maio de 2025 Atualizado às 19:10 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Nesta quinta-feira, 29, o plenário do STF retomou o julgamento sobre a constitucionalidade da cobrança da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - incidente sobre remessas ao exterior, conforme discutido no tema 914 da repercussão geral.

Ministro Luiz Fux, relator da ação, votou pela validade da contribuição, mas com ressalvas quanto ao seu alcance.

Para S. Exa., são inválidas as remessas destinadas a finalidades diversas da remuneração pela exploração de tecnologia estrangeira, como aquelas referentes a **direitos** autorais, por configurarem ampliação indevida da hipótese legal de incidência.

Ministro Flávio Dino também considerou constitucional a cobrança da CIDE, mas divergiu do relator ao admitir a validade das remessas com destinação mais ampla.

Para Dino, trata-se de uma opção legítima do legislador, não havendo violação constitucional na previsão de outras finalidades para a contribuição.

Dino cita IOF e diz que STF deve intervir pouco em lei tributária

O julgamento foi suspenso devido ao adiantado da hora e deve ser retomado na próxima semana.

### Caso

O recurso foi interposto pela Scania Latin America Ltda., que contesta acórdão do TRF da 3ª região que manteve a cobrança da CIDE sobre valores remetidos ao exterior em razão de contrato de cost sharing firmado com a matriz sueca, Scania AB, com finalidade de pesquisa e desenvolvimento.

A empresa alega violação ao princípio da isonomia, sustentando que as isenções previstas na legislação tributária criam distinções injustificadas entre contribuintes em situação equivalente.

Para o TRF, contudo, o contrato envolvia **transferência** de tecnologia, atraindo a incidência da contribuição conforme o ordenamento vigente, sem afronta à isonomia.

### Voto do relator

Ao proferir voto, ministro Luiz Fux traçou panorama do histórico legislativo e da base constitucional da CIDE-Royalties, reafirmando sua legitimidade como contribuição de intervenção no domínio econômico, nos termos do art. 149 da CF.

Segundo o relator, a contribuição foi instituída com a finalidade específica de financiar programas de pesquisa científica e **inovação** tecnológica, por meio do FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento

Continuação: STF: Fux vota pela validade da CIDE sobre remessas ao exterior

Científico e Tecnológico. Trata-se, portanto, de um instrumento voltado ao desenvolvimento nacional, em consonância com os princípios da ordem econômica.

"A CIDE foi instituída para financiar programas cooperativos entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo. É um instrumento de estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico brasileiro", afirmou Fux.

O ministro explicou que a legislação prevê a incidência da CIDE sobre valores remetidos ao exterior em decorrência de contratos de licença de uso, aquisição de conhecimento técnico e **transferência** de tecnologia - como no caso em análise, que envolve a empresa Scania e sua matriz na Suécia.

Fux ressaltou que o cerne do julgamento está na análise da compatibilidade da norma com a CF, não abrangendo questões práticas sobre a aplicação orçamentária dos recursos. Eventuais desvios de finalidade, destacou, podem ser apurados na esfera administrativa, mas não comprometem a constitucionalidade da lei:

"Nosso objeto de cognição é saber se a lei contraria a Constituição. Se há má alocação dos recursos no plano prático, isso é tema de responsabilização administrativa, e não de inconstitucionalidade."

O relator afastou a alegação de que seria necessária lei complementar para instituir a CIDE, enfatizando que, como contribuição de intervenção no domínio econômico, ela pode ser criada por lei ordinária.

Também rechaçou a suposta ofensa ao princípio da isonomia, entendendo que a distinção legal - como a incidência apenas sobre tecnologia estrangeira - é razoável e visa fomentar o desenvolvimento tecnológico interno.

"A legislação da CIDE observa os princípios da anterioridade, da legalidade e da imunidade à ex-

portação. Está formalmente constitucional", afirmou.

Fux citou precedentes do STFl, como a ADIn 1.924 e o RE 635.682, que já reconheceram a validade da CIDE mesmo quando os recursos são destinados a setores tradicionalmente ligados à ordem social, como ciência e tecnologia. Segundo o ministro, não há impedimento para que a intervenção no domínio econômico se estenda a áreas fronteiriças com a ordem social.

"Há zonas fronteiriças de intervenção na ordem social e na ordem econômica", afirmou, destacando que a criação da contribuição respeitou as competências constitucionais da União.

Ao rebater o argumento de desvio de finalidade, Fux diferenciou a norma de sua execução administrativa. Para S. Exa., eventuais falhas na aplicação da arrecadação podem ensejar responsabilização dos gestores públicos, mas não contaminam a validade da norma instituidora.

"Se há desvio na aplicação da arrecadação da CIDE, isso pode legitimar responsabilidade do gestor público. Mas a eventual má aplicação dos recursos não inquina a egidez constitucional do tributo."

Enfatizou ainda que o controle de constitucionalidade deve se ater à análise da compatibilidade entre o texto legal e a Constituição, não abrangendo a eficácia administrativa ou a realidade fática de sua execução. "A realidade fenomênica não é objeto de análise em controle abstrato", disse.

Reforçou que a CIDE incide sobre remessas ao exterior relacionadas a contratos de **transferência** de tecnologia, assistência técnica e exploração de marcas e **patentes**. No seu entender, a contribuição busca fortalecer a autonomia tecnológica do país, reduzindo sua dependência de soluções estrangeiras.

"Vislumbra-se muito mais que uma simples atuação

Continuação: STF: Fux vota pela validade da CIDE sobre remessas ao exterior

da União na ordem social. Trata-se de um verdadeiro incentivo à atividade econômica nacional, à autonomia tecnológica e à valorização do trabalho e da livre iniciativa", concluiu, citando os arts. 170, 174, 218 e 219 da CF como fundamentos.

Veja trecho do voto:

Ao final, Fux propôs o conhecimento parcial do recurso, com a negativa de provimento ao pedido da recorrente, e formulou as teses de repercussão geral que delimitam a interpretação constitucional da contribuição:

"I. É constitucional a contribuição de intervenção no domínio econômico, CIDE, destinada a financiar o programa de estímulo à interação universidade-empresa para o apoio à inovação, instituída e disciplinada pela lei 10.168, com as alterações empreendidas pelas leis 10.332 e 11.452, incidentes sobre as remessas financeiras ao exterior em remuneração de contratos que envolvem exploração de tecnologia com ou sem transferência dessa.

II. Não se inserem no campo material da contribuição as remessas de valores a título diverso da remuneração pela exploração de tecnologia estrangeira, tais quais as correspondentes à remuneração de **direitos** autorais, incluída a exploração de softwares sem **transferência** de tecnologia e de serviços que não envolvem exploração de tecnologia e não subjazem contratos inseridos no âmbito da incidência do tributo."

Quanto ao item II da tese, Fux destacou que o § 2º do art. 2º da lei 10.168/00 passou a ser interpretado de forma demasiadamente ampla, incluindo hipóteses não contempladas originalmente pelo legislador.

Por isso, propôs uma declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, limitada às hipóteses que ultrapassam o escopo da contribuição.

O ministro também propôs modulação de efeitos da decisão, para serem prospectivos (ex nunc) e válidos a partir da publicação da ata de julgamento, com duas exceções:

Ações judiciais e processos administrativos pendentes de conclusão até o marco temporal definido;

Créditos tributários pendentes de lançamento relativos a fatos geradores prévios à data anteriormente citada.

Ressalvas

Ao acompanhar o relator pela constitucionalidade da CIDE sobre remessas ao exterior ligadas à **transferência** de tecnologia, ministro Flávio Dino enfatizou a importância da segurança jurídica e da responsabilidade fiscal como fundamentos para a manutenção da norma.

Dino lembrou que a lei 10.168/2000, que instituiu a CIDE, está em vigor há 25 anos, o que, segundo ele, reforça a legitimidade de sua aplicação contínua.

"Se não há uma inconstitucionalidade clara, evidente, e estamos a 25 anos da vigência da lei, devemos prestigiar a previsibilidade e evitar intervenções ad hoc, que conspiram contra a responsabilidade fiscal e a segurança jurídica."

O ministro também afastou a necessidade de vinculação direta (referibilidade) entre o setor contribuinte e a destinação da arrecadação - argumento sustentado pela empresa recorrente.

Dino salientou que, por se tratar de contribuição de intervenção no domínio econômico e não de uma taxa, essa exigência não se aplica.

"Pouco importa se o setor tributado é ou não da área de tecnologia. O que importa é que a destinação seja a ciência e tecnologia, como prevê expressamente a lei."

Continuação: STF: Fux vota pela validade da CIDE sobre remessas ao exterior

Como ilustração, citou o caso da CIDE-Combustíveis, cuja arrecadação é direcionada a obras de infraestrutura (como pavimentação de vias), sem relação direta com o setor de combustíveis.

Veja trecho do voto:

Segundo Dino, exigir tal vínculo seria uma virada jurisprudencial incompatível com os precedentes do STF desde os votos dos ministros Moreira Alves e Celso de Mello.

"Não há essa referibilidade entre a arrecadação e o benefício àquele setor que foi alvo da imposição tributária. Se formos exigir isso, até a CIDE-Combustíveis poderia ser questionada, pois

pavimentar estradas não beneficia diretamente quem produz combustíveis - pelo contrário, até reduz o consumo."

Com esse raciocínio, o ministro concluiu que a lei é formal e materialmente constitucional, ao vincular a arrecadação ao financiamento de políticas públicas voltadas à inovação e à tecnologia, nos termos do art. 149 da CF.

Processo: RE 928.943

# NYT fecha acordo com Amazon para treinar IA com reportagem

MERCADO

NYT fecha acordo com Amazon para treinar IA com reportagem

NOVA YORK E SAN FRANCISCO | FINANCIAL TIMES O New York Times fechou um acordo com a Amazon para licenciar parte de seu conteúdo editorial. É a primeira vez que o jornal permite o uso de suas reportagens para treinar modelos de inteligência artificial de uma empresa de tecnologia.

O contrato autoriza o uso de resumos e trechos curtos de reportagens e receitas culinárias em produtos da Amazon, como os alto-falantes com Alexa, além de permitir que esse conteúdo seja utilizado no treinamento dos modelos proprietários de IA da empresa.

Os termos financeiros da negociação não foram divulgados.

O acordo é anunciado em um momento em que o New York Times trava uma batalha judicial contra a OpenAI e a Microsoft. O jornal processou as duas empresas em 2023 por "violação massiva de **direitos** autorais", acusando-as de utilizar milhões de artigos jornalísticos para treinar os modelos por trás do ChatGPT.

Na ação, o Times pede bilhões de dólares em in-

denização.

Em memorando interno enviado aos funcionários nesta quinta-feira (29), a CEO do jornal, Meredith Kopit Levien, afirmou que o contrato com a Amazon "está alinhado com nosso princípio histórico de que jornalismo de qualidade tem valor e deve ser remunerado".

"Esse acordo reflete nossa abordagem deliberada para garantir que nosso trabalho seja devidamente valorizado, seja por meio de parcerias comerciais, seja via proteção dos nossos direitos de **propriedade** intelectual", escreveu Levien.

Empresas de mídia vêm demonstrando crescente preocupação com o uso não autorizado de seus conteúdos por modelos de inteligência artificial generativa - que conseguem produzir textos, imagens e códigos em segundos com aparência humana.

Os modelos de IA da Amazon ainda estão atrás dos sistemas mais avançados da OpenAI, mas a empresa tem focado estratégias para reduzir custos.

A gigante do e-commerce também investiu cerca de US\$ 8 bilhões (R\$ 45 bilhões) na startup Anthropic, criadora dos modelos Claude, que competem diretamente com os da OpenAI.

# Malária: interesses comerciais falam mais alto que a saúde na OMS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Apesar da existência de medicamentos eficazes e vacinas promissoras, o acesso a esses recursos é limitado por barreiras econômicas, burocráticas e geopolíticas que a Organização Mundial da Saúde não consegue superar

Apesar de ser evitável, tratável e há muito conhecida, a malária continua matando centenas de milhares de pessoas todos os anos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2023 foram registrados 263 milhões de casos e quase 600 mil mortes, principalmente na África Subsaariana e em regiões tropicais da Ásia e da América Latina.

Ao contrário do que muitos pensam, a persistência da doença é o resultado de decisões políticas, disputas geopolíticas e desigualdades estruturais que atravessam o sistema de saúde global.

A OMS, em teoria, é um organismo técnico e imparcial. Na prática, opera num cenário internacional marcado por assimetrias de poder, dependência financeira e disputas normativas. A malária, historicamente classificada como uma "doença negligenciada", é sintoma de uma governança sanitária que nem sempre coloca as populações mais vulneráveis no centro das decisões. Por trás da aparência de consenso científico, existem tensões

profundas entre interesses econômicos, diplomáticos e geoestratégicos.

Para começar, a malária não afeta todos igualmente. Ela atinge de forma desproporcional populações pobres, rurais e marginalizadas. No Brasil, mais de noventa por cento dos casos concentram-se na Amazônia, onde vivem comunidades indígenas, ribeirinhas e migrantes em situação de vulnerabilidade. Globalmente, crianças pequenas, gestantes e pessoas imunocomprometidas formam o grupo de maior risco.

Apesar da existência de medicamentos eficazes e, mais recentemente, de vacinas promissoras, o acesso a esses recursos é frequentemente limitado por barreiras econômicas, burocráticas e geopolíticas.

As grandes empresas farmacêuticas detêm **patentes** e impõem preços que inviabilizam a distribuição em larga escala em países de baixa renda. As normas internacionais de propriedade intelectual, consolidadas no Acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio (OMC), dificultam a produção local de tratamentos, mesmo quando há previsões legais para flexibilizações em nome da saúde pública.

Criada em 1948, a OMS deveria representar os interesses coletivos da saúde global. No entanto, parte significativa de seu orçamento depende de contribuições voluntárias com destino vinculado, em geral provenientes de países do Norte Global ou de fundações privadas, que muitas vezes priorizam o desenvolvimento de vacinas com alto valor comercial, enquanto se negligenciam políticas públicas de base, como saneamento, fortalecimento de sistemas locais de vigilância e educação em saúde.

A estrutura desequilibrada compromete o princípio da universalidade da saúde e revela que a OMS atua

Continuação: Malária: interesses comerciais falam mais alto que a saúde na OMS

também como um espaço de negociação de poder, onde países periféricos têm voz, mas raramente têm influência efetiva.

O Brasil ocupa uma posição singular nesse cenário. Já demonstrou capacidade técnica, institucional e diplomática para liderar agendas internacionais voltadas à justiça sanitária. No início dos anos 2000, enfrentou pressões de grandes laboratórios ao implementar políticas de produção de antirretrovirais para o HIV, com base no uso legítimo de licenças compulsórias.

No campo da malária, o país possui conhecimento acumulado, experiência epidemiológica e capacidade produtiva por meio da Fiocruz. O desafio atual é retomar esse protagonismo dentro da OMS e em outros foros multilaterais, articulando posições comuns com países da África, do Sudeste Asiático e da América Latina. O Brasil precisa recuperar uma diplomacia sanitária ativa, capaz de ampliar a voz do Sul Global nas decisões que moldam o futuro da saúde internacional.

A pandemia de COVID-19 revelou com clareza as limitações do modelo atual de governança sanitária. Disputas por vacinas, concentração de tecnologias em poucos países e respostas tardias expuseram a fragilidade de um sistema que ainda trata a saúde como bem de mercado e não como direito coletivo.

Para que a malária deixe de ser uma tragédia evitável, é necessário democratizar os processos decisórios da OMS, repensar seu modelo de financiamento, fortalecer os mecanismos legais que permitem a produção local de medicamentos e criar compromissos internacionais mais sólidos de **transferência** de tecnologia e conhecimento.

A persistência da malária revela que o problema é menos biomédico do que político. Enquanto as decisões sobre saúde global forem moldadas por interesses assimétricos, as soluções continuarão insuficientes. O Brasil, com sua experiência histórica, capacidade diplomática e legitimidade regional, pode exercer papel central na construção de uma nova agenda de saúde global. Uma agenda que seja orientada por justiça, solidariedade e soberania científica. A malária, afinal, não é apenas uma doença tropical. É um espelho da arquitetura desigual do sistema internacional.

Armando Alvares Garcia Júnior não presta consultoria, trabalha, possui ações ou recebe financiamento de qualquer empresa ou organização que poderia se beneficiar com a publicação deste artigo e não revelou nenhum vínculo relevante além de seu cargo acadêmico.

## Cide deve incidir apenas sobre exploração de tecnologia, diz Fux



Ministros do STF julgam limite da cobrança da Cide. Caso é de repercussão geral e terá prosseguimento na próxima semana.

Contribuição estrangeira Cobrança da Cide deve se limitar a exploração de tecnologia brasileira, diz Fux

O alcance da cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, o tributo extrafiscal Cide, deve ser limitado aos casos em que empresas no exterior exploram tecnologia brasileira.

Esse é o entendimento do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, relator de uma ação em que a corte julga a constitucionalidade da cobrança da Cide.

Fux propôs limitar a cobrança do tributo a "remessas financeiras ao exterior em remuneração de contratos que envolvem exploração de tecnologia, com ou sem transferência dessa", conforme ele afirmou em seu voto, proferido na tarde desta quinta-feira (29/5).

Assim, não é constitucional, segundo o relator, a incidência da Cide sobre outros serviços, como pagamento de **direitos** autorais, exploração de software comum ou prestação de trabalhos nos âmbitos administrativo e jurídico.

No entendimento de Fux, a contribuição respeitará a Constituição Federal se incidir apenas sobre os contratos de utilização de tecnologia produzida no Brasil

por empresas de outros países.

O relator propôs a fixação da seguinte tese de repercussão geral sobre o tema, com validade a partir da publicação da ata do julgamento:

- A Cide é constitucional se a arrecadação for aplicada no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como prevê a Lei 10.336/2001;
- A cobrança deve se limitar à exploração tecnológica brasileira para evitar o "alargamento" da interpretação da lei.

Além de Fux, o único ministro a votar nesta quinta foi Flávio Dino. Ele discordou da segunda parte da tese do relator. Para o magistrado, a cobrança da Cide é válida sobre **direitos** autorais, exploração de software comum e prestação de serviços administrativos e jurídicos.

Segundo Dino, a lei de 2001 já é suficiente para regular a taxação. Ele ressaltou que concorda com a proposta de Fux de manter o dinheiro destinado a ciência e tecnologia.

"A minha posição é o que está na lei", disse Dino.

A expectativa do presidente da corte, ministro Luís Roberto Barroso, é retomar o julgamento na próxima semana.

### Caso concreto

O Plenário do Supremo julga o recurso extraordinário de uma empresa fabricante de caminhões contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que validou a cobrança da Cide sobre o compartilhamento de custos de pesquisa e desenvolvimento com a matriz da companhia em solo europeu.

Continuação: Cide deve incidir apenas sobre exploração de tecnologia, diz Fux

Para o TRF-3, o compartilhamento é tributável em contratos de licença de uso, **transferência** de tecnologia, serviços técnicos, assistência administrativa e similares.

Segundo a empresa, a cobrança vai contra o princípio da isonomia, já que algumas isenções da lei tratam de formas diferentes contribuintes que estão em si-

tuações parecidas.

RE 928.943

Isabella Cavalcante É Correspondente Da Revista

## Plágio ou liberdade criativa? O uso de samples na indústria musical



Observa-se que a questão do plágio ainda não alcançou um amadurecimento e uma orientação jurisprudencial consolidada

Opinião Plágio ou liberdade criativa? Uso de samples na indústria musical

O uso de samples refere-se à prática de incorporar trechos de sons pré-existentes em novas composições, técnica amplamente utilizada na produção musical contemporânea. Esse tema tem gerado debates, suscitando a questão crucial sobre se essa prática configura ou não plágio. Tal discussão envolve questões complexas de natureza legal, criativa e ética, e tem sido objeto de análise entre músicos, produtores, advogados e críticos da indústria musical. Entretanto, ainda não se chegou a um consenso, e uma pergunta permanece: o uso de samples equivale a plágio?

Freepik

Primeiramente, é crucial definir o conceito de plágio e compreender suas circunstâncias e manifestações. O plágio é identificado como a imitação servil ou fraudulenta de uma obra criada por outrem, mesmo quando essa imitação é camuflada por artifícios, mas sempre associada a uma intenção maliciosa. Todavia, deve-se ressaltar que a definição de plágio não engloba o uso de pequenas porções da obra.

Segundo Carlos Alberto Bittar em sua obra *Direito do Autor*, o plágio configura-se quando: "A obra alheia é, simplesmente, apresentada pelo imitador como própria, ou sob graus diferentes de dissimulação. Há absorção de elementos fundamentais da estrutura da obra, atentando-se, pois, contra a personalidade do autor (frustração da paternidade)" (Bittar, 2019) [1].

Em consonância com a perspectiva de Bittar e fazendo referência direta a Antonio Chaves, o jurista José Carlos Costa Netto argumenta que o plágio é uma prática bastante sutil. Pois "apresenta o trabalho alheio como próprio mediante o aproveitamento disfarçado, mascarado, diluído, oblíquo, de frases, ideias, personagens, situações, roteiros e demais elementos das criações alheias" (Costa Netto, 2019) [2].

A partir dessa definição, torna-se difícil afirmar que o uso de samples equivale a plágio, uma vez que ao samplear, o músico não busca apresentar a obra original como de sua autoria, mas sim utiliza alguns de seus elementos na construção de um novo trabalho, incorporando-os como uma espécie de referência ou citação à obra pré-existente. Ainda, é importante frisar que não há um conceito legal de plágio na legislação brasileira e, praticamente, em nenhuma outra, conforme observa Rebeca Garcia:

"( ) não há, porém, um conceito legal de plágio. A lei nem mesmo utiliza essa palavra, apesar de seu uso comum e enraizado, inclusive em decisões judiciais. O plágio não é, portanto, definido (ou assim nomeado) no Brasil nem praticamente nenhuma legislação" (GARCIA, 2021) [3].

Outrossim, é fundamental destacar a distinção significativa entre o plágio e a prática de incorporar trechos de outras obras (através do sampling) com o objetivo de criar uma nova. Essa diferença foi habilmente delineada por dois advogados poloneses,

Continuação: Plágio ou liberdade criativa? O uso de samples na indústria musical

Tomasz Rychlicki e Adam Zieliński, em um artigo jurídico, para a Revista da OMPI (Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual), sobre uso de samples na música:

"É claro que há uma enorme diferença entre o plágio barato entendido por alguns como "obras derivadas" e o esforço original e criativo em que samples constituem um ponto de partida para a criação de novas obras que poderiam cair sob a regra do "direito de citação" em vez de ser considerados trabalhos derivados. Cada caso requer uma análise minuciosa e individual. Mas a liberdade criativa, como o sampling, pode e deve ser defendida e tratada como parte do progresso da arte, que, por sua vez, promove o desenvolvimento e o enriquecimento da cultura humana" (Rychlicki; Zieliński, 2009, tradução nossa) [4].

## Jurisprudência do STJ

Sendo notável que a definição do plágio é um conceito jurídico aberto, sujeito à interpretação de juristas, faz-se necessário uma análise jurisprudencial. Contudo, com base em casos analisados no Superior Tribunal de Justiça, não se pode obter uma conclusão definitiva ou afirmar que o tribunal possui uma posição consolidada sobre o assunto, conforme apontado por Garcia:

"( ) não é possível extrair um entendimento com caráter definitivo ou afirmar que o tribunal tem já posição consolidada. Por um lado, reforça-se a impressão de que o plágio, mesmo como questão eminentemente de fato, ainda não contou com amadurecimento e orientação jurisprudencial em quantidade e em substância suficiente que permita falar em jurisprudência consolidada - ao menos do STJ. De todo modo, estes casos apontam para a intenção como elemento caracterizador do plágio no contexto e para efeitos do **direito** autoral" (Op. cit., 2021) [5].

Posto isto, observa-se que a questão do plágio ainda não alcançou um amadurecimento e uma orientação

jurisprudencial consolidada. No entanto, os casos existentes indicam a intenção consciente do plagiador de se fazer passar como real autor da obra, como um elemento caracterizador do plágio.

Em decisão recente, que tratou sobre o uso não autorizado de uma música como fundo musical em um comercial, enfatizou-se a importância de não confundir o uso não autorizado de uma obra intelectual com plágio. Contudo, a própria decisão apresenta o uso não autorizado de trechos de músicas de outro artista em uma composição própria, como exceção à regra.

"É infundada a alegação de plágio quando não demonstrada a atribuição, explícita ou mesmo implícita, pela parte demandada, da autoria da obra intelectual do demandante, sendo, ademais, de pequeno vulto as coincidências entre as obras postas em confronto. ( ) Diferente é a situação daquele que, em uma tese de doutorado, inclui trechos de obra alheia sem aspas e sem indicação da fonte: na capa da tese, consta o nome do doutorando, o qual, portanto, a si próprio atribui aquilo que está na sua tese, sem aspas nem indicação de fonte. Ou o caso de um cantor/compositor que, em disco ou álbum, se atribui a autoria de música alheia ou de música própria com trechos de alheia. ( ) Por outro lado, o plágio deve caracterizar-se pela evidente malícia, sendo excessivo considerar-se como tal coincidências tênues ou de pequeno vulto ( ). Fica, pois, afastado o alegado 'plágio'. ( ) Uma última vez, cabe lembrar que não se confunde a utilização não autorizada de uma obra intelectual com o seu plágio (constituindo este, e não aquela, a situação lamentada pelo demandante na inicial) ( )" (AgInt no AREsp 1815468/PB, rel. ministra Maria Isabel Isabel Gallotti, 4ª Turma, julgado em 22/11/2021, DJe 25/11/2021 - g. n.) (Grifo do articulista)

Curiosamente, em uma decisão sobre paródias, o STJ reconheceu que não é necessário indicar o nome do autor da obra original, destacando também a liberdade para a realização dessas criações, desde que

Continuação: Plágio ou liberdade criativa? O uso de samples na indústria musical

não sejam reproduções idênticas da obra originária. Esse entendimento poderia muito bem ser aplicado no caso dos samples, uma vez que a técnica de sampling nada mais é que utilizar um trecho de uma gravação musical existente e incorporá-lo em uma nova, criando algo totalmente novo, o que é bastante diferente das paródias, que usam toda a estrutura da obra parodiada.

"A paródia, a par de derivar de obra preexistente, constitui criação intelectual nova, dotada de autonomia em relação à obra originária. Precedentes. 5. O art. 47 da Lei 9.610/98 estabelece que 'são livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito'. 6. Não há, na Lei de **Direitos** Autorais, qualquer dispositivo que imponha, quando do uso da paródia, o anúncio ou a indicação do nome do autor da obra originária. 7. O direito moral elencado no art. 24, II, da LDA diz respeito, exclusivamente, à indicação do nome do autor quando do uso de sua obra, circunstância diversa da que se verifica na espécie. 8. Quando a legislador entendeu por necessária, na hipótese de utilização de obra alheia, a menção do nome do autor ou a citação da fonte originária, ele procedeu à sua positivação de modo expresse, a exemplo do que se verifica das exceções constantes no art. 46, I, 'a', e III, da LDA. 9. Diante disso, reconhecido que, em se tratando de paródia, inexistente obrigação de divulgação do nome do autor da obra originária e que pertencem apenas ao seu criador o direito moral de ter o nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização dessa obra, não há fundamento jurídico apto a sustentar a tese sufragada pelo Tribunal de origem, no sentido de que a ausência de menção da autoria da obra parodiada viola os direitos do criador desta." RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (STJ, Resp nº 1.967.264/SP (2021/0229247-3). Rel. min. Nancy Andrighi. 3ª Turma. Data do julgamento: 15/2/2022.) (Grifo do articulista.)

Direitos morais, direitos patrimoniais e a exceção na lei

Conforme mencionado anteriormente, não há uma definição de plágio explicitamente estabelecida na legislação brasileira. Entretanto, ela adota um sistema de natureza dúplice, que visa garantir direitos ao autor da obra, dividindo-os em direitos morais e direitos patrimoniais. Essa divisão encontra-se respaldada na Lei nº 9.610/1998 (Lei de **Direitos** Autorais), que é o principal marco regulatório para a proteção de obras intelectuais no Brasil.

Spacca

Notadamente em seu artigo 22, estabelece que ao autor pertence tanto os direitos morais quanto os patrimoniais sobre a obra que criou [6]. O primeiro deles, o direito moral está intrinsecamente ligado ao criador da obra, pois reflete não apenas a autoria, mas também a personalidade e as habilidades do autor, são a expressão da conexão íntima entre o autor e sua criação, em outras palavras, representam a paternidade da obra.

Enquanto que os direitos patrimoniais dizem respeito à exploração econômica da obra por meio de todas as formas disponíveis. Estes direitos compreendem um conjunto de prerrogativas financeiras que surgem junto com a criação da obra e se concretizam quando ela é disponibilizada ao público, conferindo ao autor, ou autores, o poder de distribuir a obra como desejar, inclusive de maneira comercial.

Apesar de grande parte dos autores concordarem que compete ao criador da obra decidir onde, como e por quem ela deve ou pode ser utilizada, a Lei de **Direitos** Autorais apresenta algumas exceções para o uso de obras de terceiros sem autorização prévia [7], dentre as quais se destacam, nesse contexto, aquelas previstas no artigo 46 e no artigo 47.

O artigo 46, inciso VIII, da Lei de Direitos Autorais reconhece que a reprodução de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, não constitui violação de direitos autorais, desde que tal uso não represente o objetivo principal da nova obra, não

Continuação: Plágio ou liberdade criativa? O uso de samples na indústria musical

prejudique sua exploração normal e tampouco cause prejuízo injustificado aos legítimos interesses do autor. O que favorece o uso do sample, pois este, de sua própria maneira, promove a obra original, podendo até ser benéfico para o autor, ao contrário do plágio, que representa uma fonte potencial de prejuízo. (ZIMMERMANN; BUSNELLO, 2018, p. 1118-1119) [8].

Ademais, é relevante observar que o artigo 47 da referida lei considera livres todas as paráfrases e paródias que não reproduzam fielmente a obra original e que não a prejudiquem em termos de reputação,[9] o que poderia ser aplicado, por analogia, à utilização não autorizada de samples na cena musical. Além disso, permitir o uso de samples significa ampliar o repertório criativo disponível para artistas e produtores, oferecendo-lhes uma vasta gama de recursos para a elaboração de novas composições, sem que haja escassez de material.

Por fim, não se pode afirmar, de forma categórica, que a utilização de samples sem a devida autorização configura, por si só, uma violação aos direitos de autor, especialmente quando não há má-fé ou intenção de apropriar-se da obra original como se fosse criação própria. Além disso, conforme exposto anteriormente, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o artigo 47 da Lei de Direitos Autorais, firmou o entendimento de que a paródia - ainda que derivada de obra preexistente - constitui criação intelectual nova, dotada de autonomia em relação à obra originária.

Assim, por analogia, pode-se sustentar que o uso de samples também configura uma manifestação legítima da liberdade artística, desde que não haja má-fé, nem tentativa de apropriação da obra original, tampouco reprodução *ipsis litteris*. Tal como na paródia, não se exige a menção ao autor da obra base, o que reforça a inexistência de ofensa aos direitos morais ou patrimoniais, desde que respeitados os limites da boa-fé.

[1] BITTAR, Carlos Alberto; BITTAR, Eduardo C. B. Direito de Autor. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

[2] COSTA NETTO, José Carlos. Direito autoral no Brasil. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. E-Book.

[3] GARCIA, Rebeca. O papel da intenção na caracterização do plágio no direito autoral brasileiro. *ci-vilistica. com*, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2021.

[4] RYCHLICKI, Tomasz; ZIELIŃSKI, Adam. Is Sampling Always Copyright Infringement? *WIPO Magazine*, Geneva, Issue 6, p. 20-21, November 2009. Disponível aqui.

[5] GARCIA, Rebeca. O papel da intenção na caracterização do plágio no direito autoral brasileiro. *ci-vilistica. com*, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2021.

[6] Art. 22 da Lei nº 9.610/1998 - Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.

[7] "( ) essa autorização é necessária mesmo que se trate de utilização sem fins lucrativos (res-salvando-se as limitações dos arts. 46 a 48 da Lei n. 9.610/98) ou que o usuário seja o Poder Público." (COSTA NETTO, José Carlos. Direito autoral no Brasil. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. E-Book, p. 39).

[8] ZIMMERMANN, Natália; BUSNELLO, Saul José. O fair use e a regulamentação do uso de samples e covers em obras musicais no direito autoral brasileiro. In: Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 12., 2018, Curitiba. Anais Curitiba: Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial da Universidade Federal do Paraná, 2018. p. 1104-1127. Disponível aqui.

[9] Art. 47 da Lei nº 9.610/1998 - São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras re-

Continuação: Plágio ou liberdade criativa? O uso de samples na indústria musical

produções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.

Yann Luis Dias Pereira Advogado E Atualmente Estagia No Núcleo De Conciliações Previdenciárias Da Procuradoria Regional Federal Da Região

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | INPI**  
3

**Patentes**  
3, 6, 11

**Direitos Autorais**  
6, 10, 13, 15

**Inovação**  
6, 11

**Propriedade Intelectual**  
10, 15